

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	19
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	21
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	22
11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	22
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	23
13. INVESTIMENTOS.....	25
14. IMOBILIZADO	32
15. INTANGÍVEL.....	33
16. FORNECEDORES	35
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	36
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	39
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	40
21. PROVISÕES	40
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	47
23. RECEITA	49
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	51
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	54
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	55
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	56
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	67
29. EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	69
30. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	69
31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	70
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS	71
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	74
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	79
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	91

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.041.352	1.919.125	499.752	1.057.122
Títulos e Valores Mobiliários	5	625.190	657.142	107.499	27.363
Consumidores e Revendedores	6	2.053.159	1.858.129	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		276.601	347.371	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	2.254	287.692	-	-
Tributos Compensáveis	7	184.606	216.746	4.823	62.100
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8 a	182.903	228.968	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		42.617	20.755	-	-
Dividendos a Receber		118.286	113.364	605.263	511.043
Fundos Vinculados		97.581	132.493	99	233
Estoques		39.312	41.204	12	12
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	27	20.335	20.445	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	09	715.388	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	11	-	2.422.099	-	2.422.099
Outros Créditos		591.486	538.219	11.311	12.522
TOTAL DO CIRCULANTE		6.991.070	8.803.752	1.228.759	4.092.494
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	5	73.120	99.116	9.395	7.627
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8 b	1.254.036	1.303.920	401.830	392.635
Tributos Compensáveis	7	386.577	391.608	4.757	4.757
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8 a	60.020	27.911	60.020	27.911
Depósitos Vinculados a Litígios	10	1.190.952	1.300.507	151.450	270.702
Consumidores e Revendedores	6	214.626	221.150	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		10.440	10.440	-	-
Outros Créditos		87.671	97.678	31.462	39.790
Ativo Financeiro da Concessão	12	5.591.321	5.475.463	-	-
Investimentos	13	7.085.797	6.855.253	12.604.223	11.827.567
Imobilizado	14	6.036.345	6.108.729	1.514	1.584
Intangível	15	1.830.775	1.874.354	939	981
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.821.680	23.766.129	13.265.590	12.573.554
TOTAL DO ATIVO		30.812.750	32.569.881	14.494.349	16.666.048

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Fornecedores	16	1.261.276	1.305.935	11.255	12.338
Encargos Regulatórios	19	194.638	317.048	-	-
Participações nos Lucros		139.128	84.123	12.272	7.776
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	411.278	515.425	20.734	60.119
Imposto de Renda e Contribuição Social	17b	16.214	31.946	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.546.932	3.478.810	1.546.932	3.478.810
Empréstimos e Financiamentos	18	2.698.917	4.901.538	19.959	1.102.721
Debêntures	18	3.628.957	1.564.531	-	-
Salários e Contribuições Sociais		343.675	226.743	13.972	11.169
Obrigações Pós-emprego	20	53.157	51.227	2.615	2.520
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	11.118	11.132
Concessões a Pagar		16.660	16.270	-	-
Outras Obrigações		258.066	304.710	14.034	15.147
TOTAL DO CIRCULANTE		10.568.898	12.798.306	1.652.891	4.701.732
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores		4.705	4.282	-	-
Encargos Regulatórios	19	170.991	169.201	-	-
Empréstimos e Financiamentos	18	1.567.676	1.608.770	-	-
Debêntures	18	1.933.360	2.340.954	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	711.125	686.172	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	8 b	287.987	307.188	-	-
Provisões	21	279.960	265.476	158.132	146.089
Concessões a Pagar		172.959	171.448	-	-
Obrigações Pós-emprego	20	2.602.033	2.574.948	207.518	205.733
Outras Obrigações		98.588	93.139	61.340	62.497
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.829.384	8.221.578	426.990	414.319
TOTAL DO PASSIVO		18.398.282	21.019.884	2.079.881	5.116.051
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	22				
Capital Social		4.265.091	4.265.091	4.265.091	4.265.091
Reservas de Capital		3.953.851	3.953.851	3.953.851	3.953.851
Reservas de Lucros		2.856.176	2.856.176	2.856.176	2.856.176
Ajustes de Avaliação Patrimonial		446.735	474.879	446.735	474.879
Lucros Acumulados		892.615	-	892.615	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.414.468	11.549.997	12.414.468	11.549.997
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.812.750	32.569.881	14.494.349	16.666.048

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
RECEITA	23	3.677.594	3.191.929	80	80
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(972.787)	(858.361)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(126.225)	(217.650)	-	-
		<u>(1.099.012)</u>	<u>(1.076.011)</u>	-	-
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(212.780)	(209.767)	-	-
Materiais		(51.379)	(8.180)	-	-
Serviços de Terceiros		(145.545)	(146.144)	-	-
Depreciação e Amortização		(187.234)	(184.447)	-	-
Provisões Operacionais		(6.259)	(41.701)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(34.041)	(48.974)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(204.348)	(224.493)	-	-
Outras		(19.605)	(26.394)	-	-
		<u>(861.191)</u>	<u>(890.100)</u>	-	-
CUSTO TOTAL		(1.960.203)	(1.966.111)	-	-
LUCRO BRUTO		1.717.391	1.225.818	80	80
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(20.622)	(20.192)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(346.086)	(201.875)	(42.443)	(27.061)
Outras Despesas Operacionais		(129.097)	(110.160)	(7.335)	(6.727)
		<u>(495.805)</u>	<u>(332.227)</u>	<u>(49.778)</u>	<u>(33.788)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		166.158	149.343	876.936	649.184
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.387.744	1.042.934	827.238	615.476
Receitas Financeiras	25	139.929	158.096	53.138	42.721
Despesas Financeiras	25	(303.465)	(317.284)	(23.142)	(31.271)
Resultado antes dos Impostos		1.224.208	883.746	857.234	626.926
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(338.390)	(327.227)	(1.896)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(20.471)	74.869	10.009	4.462
RESULTADO DO EXERCÍCIO		865.347	631.388	865.347	631.388
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	0,90	0,66	0,90	0,66
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	0,90	0,66	0,90	0,66

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
RESULTADO DO PERÍODO	865.347	631.388	865.347	631.388
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	(876)	(2.113)	(876)	(2.113)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	864.471	629.275	864.471	629.275

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (*)

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.412.073	3.953.851	3.292.871	1.086.154	-	11.744.949
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.2)	-	-	-	(78.684)	-	(78.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 AJUSTADOS PELAS MUDANÇAS DE PRÁTICA CONTÁBIL	3.412.073	3.953.851	3.292.871	1.007.470	-	11.666.265
Resultado do período	-	-	-	-	631.388	631.388
Outros resultados abrangentes:						
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(2.113)	-	(2.113)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(2.113)	631.388	629.275
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(45.899)	45.899	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012	3.412.073	3.953.851	3.292.871	959.458	677.287	12.295.540
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	4.265.091	3.953.851	2.856.176	968.945	-	12.044.063
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.2)	-	-	-	(494.066)	-	(494.066)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 AJUSTADOS PELAS MUDANÇAS DE PRÁTICA CONTÁBIL	4.265.091	3.953.851	2.856.176	474.879	-	11.549.997
Resultado do período	-	-	-	-	865.347	865.347
Outros resultados abrangentes:						
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(876)	-	(876)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(876)	865.347	864.471
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(27.268)	27.268	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	4.265.091	3.953.851	2.856.176	446.735	892.615	12.414.468

(*) As demonstrações das mutações do patrimônio líquido do consolidado refletem substancialmente as mutações de sua controladora.

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	865.347	631.388	865.347	631.388
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	358.861	252.358	(8.113)	(4.462)
Depreciação e Amortização	202.985	197.380	94	87
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	855	3.442	18	1
Resultado de Equivalência Patrimonial	(166.158)	(149.343)	(876.936)	(662.163)
Juros e Variações Monetárias	214.036	8.007	(22.196)	6.898
Provisões para Perdas Operacionais	42.239	70.975	12.043	6.139
Obrigações Pós-emprego	72.365	58.645	4.258	3.766
Outros		-	-	5.478
	<u>1.590.530</u>	<u>1.072.852</u>	<u>(25.485)</u>	<u>(12.868)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(209.128)	(36.027)	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(715.388)	-	-	-
Tributos Compensáveis	37.171	(14.160)	57.277	(791)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	43.369	(152.199)	(32.109)	-
Transporte de Energia	70.770	(31.707)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	109.555	(10.214)	119.252	(2.089)
Dividendos recebidos de controladas	(4.922)	-	5.958	46.084
Ativo Financeiro	304.304	-	-	-
Outras	(38.357)	(134.412)	9.673	12.588
	<u>(402.626)</u>	<u>(378.719)</u>	<u>160.051</u>	<u>55.792</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(44.659)	(77.072)	(1.083)	(3.857)
Impostos, Taxas e Contribuições	(79.194)	95.866	(39.385)	(15.025)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.981)	51.020	31.255	12.846
Salários e Contribuições Sociais	116.932	-	2.803	(4.038)
Encargos Regulatórios	(120.620)	(4.828)	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	222.729	-	2.731
Obrigações Pós-emprego	(43.350)	(48.820)	(2.377)	(2.471)
Outros	9.395	(26.155)	1.334	(4.481)
	<u>(199.477)</u>	<u>212.740</u>	<u>(7.453)</u>	<u>(14.295)</u>
Caixa Gerado(Consumido) pelas Atividades Operacionais	988.427	906.873	127.113	28.629
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(277.218)	(333.849)	(16.112)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(336.612)	(152.388)	(32.337)	(10.800)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>374.597</u>	<u>420.636</u>	<u>78.664</u>	<u>17.829</u>

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	57.948	(487.926)	(81.904)	(151.862)
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.465.646	96.329	2.465.646	-
Em Ativos Financeiros	(17.796)	(12.076)	-	-
Em Investimentos	(64.386)	-	102	-
Em Imobilizado	(7.518)	(45.390)	-	-
Em Intangível	(187.138)	(197.532)	-	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2.246.756	(646.595)	2.383.844	(151.862)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.370.206	2.395.975	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(2.937.454)	(2.701.914)	(1.088.000)	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(1.931.878)	(9.681)	(1.931.878)	(9.682)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.499.126)	(315.620)	(3.019.878)	(9.682)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	122.227	(541.579)	(557.370)	(143.715)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	1.919.125	2.103.324	1.057.122	226.695
No fim do exercício	2.041.352	1.561.745	499.752	82.980
	122.227	(541.579)	(557.370)	(143.715)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MÊSES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	31/03/2013		31/03/2012 Reapresentado		31/03/2013		31/03/2012 Reapresentado	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	4.687.264		4.528.968		80		80	
Receita de Construção de Distribuição	186.708		200.955		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	17.639		23.538		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.622)		(20.202)		-		-	
	4.870.989		4.733.259		80		80	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.042.537)		(935.638)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(142.261)		(243.282)		-		-	
Serviços de Terceiros	(284.517)		(286.688)		(1.183)		(3.084)	
Gás Comprado para Revenda	-		-		-		-	
Materiais	(189.469)		(161.934)		(30)		(21)	
Custo de Construção de Infraestrutura	-		-		-		-	
Outros Custos Operacionais	(104.490)		(67.148)		(23.053)		(5.034)	
	(1.763.274)		(1.694.690)		(24.266)		(8.139)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.107.715		3.038.569		(24.186)		(8.059)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(202.985)		(197.380)		(94)		(87)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	2.904.730		2.841.189		(24.280)		(8.146)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	166.158		156.313		876.936		662.163	
Receitas Financeiras	160.553		210.967		53.138		42.721	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.231.441		3.208.469		905.794		696.738	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Empregados	509.550	15,77	353.223	11,01	22.403	2,48	15.484	2,22
Remuneração direta	240.786	7,45	229.407	7,15	9.703	1,07	9.091	1,30
Benefícios	97.996	3,03	87.461	2,73	5.700	0,63	5.165	0,74
FGTS	16.642	0,52	16.331	0,51	891	0,10	974	0,14
Outras	154.126	4,77	20.024	0,62	6.109	0,68	254	0,04
Impostos, Taxas e Contribuições	1.502.314	46,49	1.821.040	56,76	(5.265)	(0,58)	5.409	0,78
Federais	794.189	24,58	1.079.518	33,65	(5.324)	(0,59)	5.353	0,77
Estaduais	705.225	21,82	738.113	23,01	0	0,00	0	0,00
Municipais	2.900	0,09	3.409	0,10	59	0,01	56	0,01
Remuneração de Capitais de Terceiros	354.230	10,96	402.818	12,55	23.309	2,57	44.457	6,38
Juros	329.503	10,20	377.525	11,77	23.142	2,55	44.250	6,35
Aluguéis	24.727	0,76	25.293	0,78	167	0,02	207	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	865.347	26,78	631.388	19,68	865.347	95,53	631.388	90,62
Lucros Acumulados	865.347	26,78	631.388	19,68	865.347	95,53	631.388	90,62
	3.231.441	100,00	3.208.469	100,00	905.794	100,00	696.738	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de abril de 2013 e arquivadas na CVM na mesma data, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Informações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas da Companhia e as Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis.

2.2. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013

Em decorrência de alteração em pronunciamentos contábeis, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013, sendo destacadas abaixo as principais alterações com efeito nas demonstrações financeiras.

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

Os efeitos nas demonstrações contábeis decorrentes do mencionado acima são como segue:

Efeitos no Balanço Patrimonial em 01/01/2012	Consolidado				Controladora		
	Saldo Publicado 31/12/2011	Critérios de Consolidação	Obrigação Pós-Emprego	Saldo ajustado 01/01/2012	Saldo Publicado 31/12/2011	Obrigação Pós-Emprego	Saldo ajustado 01/01/2012
Ativo							
Ativo Circulante	8.531.649	(2.763.847)	-	5.767.802	683.277	-	683.277
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Não Circulante	1.235.869	164.745	33.824	1.434.438	424.449	7.238	431.687
Investimentos	176.740	6.187.594	(13.025)	6.351.309	11.994.523	(64.634)	11.929.889
Outros Ativos Não Circulantes	27.064.625	(11.313.847)	-	15.750.778	1.362.756	-	1.362.756
	37.008.883	(7.725.355)	20.799	29.304.327	14.465.005	(57.396)	14.407.609
Passivo							
Passivo Circulante	12.169.346	(4.070.476)	-	8.098.870	2.352.548	-	2.352.548
Benefícios Pós-Emprego – Não Circulante	2.186.568	(329.813)	99.483	1.956.238	96.245	21.288	117.533
Outros Passivos Não Circulantes	10.908.021	(3.325.066)	-	7.582.955	271.264	-	271.264
Patrimônio Líquido	11.744.948	-	(78.684)	11.666.264	11.744.948	(78.684)	11.666.264
	37.008.883	(7.725.355)	20.799	29.304.327	14.465.005	(57.396)	14.407.609

31/12/2012	Consolidado				Controladora			
Balanço Patrimonial	Publicado	Critérios de Consolidação	Obrigação Pós-Emprego	Saldo rerepresentado	Publicado	Critérios de Consolidação	Obrigações Pós-Emprego	Saldo rerepresentado
Ativo								
Circulante								
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.485.810	(566.685)	-	1.919.125	1.057.122	-	-	1.057.122
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira CP	1.557.804	(900.662)	-	657.142	27.363	-	-	27.363
Consumidores e Revendedores CP	2.346.520	(488.391)	-	1.858.129	-	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia CP	505.456	(158.085)	-	347.371	-	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão CP	1.040.720	(753.028)	-	287.692	-	-	-	-
Tributos Compensáveis CP	360.064	(143.318)	-	216.746	62.100	-	-	62.100
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar CP	263.392	(34.424)	-	228.968	-	-	-	-
Dividendos a Receber	-	113.364	-	113.364	511.043	-	-	511.043
Fundos Vinculados	132.495	(2)	-	132.493	233	-	-	233
Estoques	68.092	(26.888)	-	41.204	12	-	-	12
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	31.734	(11.289)	-	20.445	-	-	-	-
Outros Créditos CP	755.138	(216.919)	-	538.219	12.522	-	-	12.522
Total do Ativo Circulante	11.990.079	(3.186.327)	-	8.803.752	4.092.494	-	-	4.092.494
Ativo Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	161.750	(62.634)	-	99.116	7.627	-	-	7.627
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.451.794	(321.921)	174.047	1.303.920	357.354	-	35.281	392.635
Tributos Compensáveis	445.293	(53.685)	-	391.608	4.757	-	-	4.757
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	34.348	(6.437)	-	27.911	27.911	-	-	27.911
Depósitos Vinculados a Litígios	1.420.275	(119.768)	-	1.300.507	270.702	-	-	270.702
Consumidores e Revendedores	315.288	(94.138)	-	221.150	-	-	-	-
Outros Créditos	267.590	(169.912)	-	97.678	39.788	-	-	39.790
Ativo Financeiro da Concessão	11.166.495	(5.691.032)	-	5.475.463	-	-	-	-
Investimentos	225.599	6.685.506	(55.852)	6.855.253	12.253.148	-	(425.581)	11.827.567
Imobilizado	8.810.529	(2.701.800)	-	6.108.729	1.584	-	-	1.584
Intangível	4.473.481	(2.599.127)	-	1.874.354	981	-	-	981
Total do Ativo Não Circulante	28.782.882	(5.134.948)	118.195	23.766.129	12.963.852	-	(390.298)	12.573.554
Total do Ativo	40.772.961	(8.203.080)	-	32.569.881	17.056.346	-	(390.298)	16.666.048

31/12/2012	Consolidado				Controladora			
Balanco Patrimonial	Publicado	Crêterios de Consolida�o	Obriga�o Pós-Emprego	Saldo reapresentado	Publicado	Crêterios de Consolida�o	Obriga�es Pós-Emprego	Saldo reapresentado
Passivo								
Circulante								
Fornecedores CP	1.735.462	(429.527)	-	1.305.935	12.338	-	-	12.338
Encargos Regulatórios CP	412.840	(95.792)	-	317.048	-	-	-	-
Participa�es nos Lucros	86.256	(2.133)	-	84.123	7.776	-	-	7.776
Impostos, Taxas e Contribui�es CP	569.008	(53.583)	-	515.425	60.119	-	-	60.119
Imposto de Renda e Contribui�o Social CP	127.187	(95.241)	-	31.946	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos CP	5.158.989	(257.451)	-	4.901.538	1.102.721	-	-	1.102.721
Debêntures CP	1.947.317	(382.786)	-	1.564.531	-	-	-	-
Salários e Contribui�es Sociais	260.047	(33.304)	-	226.743	11.169	-	-	11.169
Obriga�es Pós-emprego CP	88.932	(37.705)	-	51.227	2.520	-	-	2.520
Concessões a Pagar CP	18.002	(1.732)	-	16.270	-	-	-	-
Outras Obriga�es CP	424.522	(119.812)	-	304.710	15.147	-	-	15.147
Total do Passivo Circulante	14.307.372	(1.509.066)	-	12.798.306	4.701.732	-	-	4.701.732
Passivo								
Não Circulante								
Fornecedores	-	4.282	-	4.282	-	-	-	-
Encargos Regulatórios	169.632	(431)	-	169.201	-	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	4.125.587	(2.516.817)	-	1.608.770	-	-	-	-
Debêntures	4.938.417	(2.597.463)	-	2.340.954	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribui�es	1.003.301	(317.129)	-	686.172	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribui�o Social	947.870	(588.983)	(51.699)	307.188	-	-	-	-
Provisões	468.186	(193.230)	-	274.956	146.089	-	-	146.089
Concessões a Pagar	191.815	(20.367)	-	171.448	-	-	-	-
Obriga�es Pós-emprego	2.229.081	(318.096)	663.960	2.574.945	101.965	-	103.767	205.732
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros	1.319	(1.319)	-	-	-	-	-	-
Outras Obriga�es	346.319	(262.657)	-	83.662	62.498	-	-	62.498
Total do Passivo Não Circulante	14.421.527	(6.812.210)	612.261	8.221.578	310.552	-	103.767	414.319
Total do Passivo	28.728.899	(8.321.276)	612.261	21.019.884	5.012.284	-	103.767	5.116.051
Patrimônio Líquido								
Ajustes de Avalia�o Patrimonial	968.945	-	(494.066)	474.879	968.945	-	(494.066)	474.879
Total do Patrimônio Líquido	12.044.062	-	(494.065)	11.549.997	12.044.063	-	(494.066)	11.549.997
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	40.772.961	(8.321.276)	118.196	32.569.881	17.056.346	-	(390.298)	16.666.048

31/03/2012	Consolidado				Controladora			
	Demonstração de Resultado	Publicado	Reclassificações	Saldo ajustado	Novo Critério de Consolidação	Saldo Reapresentado	Publicado	Reclassificações
RECEITA	4.148.395	-	4.148.395	(956.466)	3.191.929	80	-	80
CUSTOS OPERACIONAIS								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.147.089)	-	(1.147.089)	288.728	(858.361)	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(241.458)	-	(241.458)	23.808	(217.650)	-	-	-
Gás Comprado para Revenda	(100.444)	-	(100.444)	100.444	-	-	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO								
Pessoal e Administradores	(239.363)	-	(239.363)	29.596	(209.767)	-	-	-
Materiais	(10.124)	-	(10.124)	1.944	(8.180)	-	-	-
Serviços de Terceiros	(170.683)	-	(170.683)	24.539	(146.144)	-	-	-
Depreciação e Amortização	(218.468)	(1.381)	(219.849)	35.402	(184.447)	-	-	-
Provisões Operacionais	(41.910)	-	(41.910)	209	(41.701)	-	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(49.292)	-	(49.292)	318	(48.974)	-	-	-
Custo de Construção	(275.520)	-	(275.520)	51.027	(224.493)	-	-	-
Outras	(31.479)	-	(31.479)	5.085	(26.394)	-	-	-
CUSTO TOTAL	(2.525.830)	-	(2.525.830)	559.719	(1.966.111)	-	-	-
LUCRO BRUTO	1.622.565	-	1.622.565	(396.747)	1.225.818	80	-	80
DESPESA OPERACIONAL								
Despesas com Vendas	(48.939)	-	(48.939)	28.747	(20.192)	-	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas	(255.496)	-	(255.496)	53.621	(201.875)	(27.061)	-	(27.061)
Outras Despesas Operacionais	(114.797)	-	(114.797)	4.637	(110.160)	(6.727)	-	(6.727)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(802)	-	(802)	150.145	149.343	662.163	(12.979)	649.184
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.202.531	-	1.202.531	(159.597)	1.042.934	628.455	(12.979)	615.476
Receitas Financeiras	226.132	-	226.132	(68.036)	158.096	42.721	-	42.721
Despesas Financeiras	(488.212)	1.381	(486.831)	169.547	(317.284)	(44.250)	12.979	(31.271)
Resultado antes dos Impostos	940.451	-	940.451	(56.705)	883.746	626.926	-	626.926
Imposto de Renda e Contribuição Social	(383.789)	-	(383.789)	56.562	(327.227)	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	74.726	-	74.726	143	74.869	4.462	-	4.462
RESULTADO DO PERÍODO	631.388	-	631.388	-	631.388	631.388	-	631.388

31/03/2012	Consolidado				Controladora				
	Demonstrações de Resultados Abrangentes	Publicado	Novas Práticas	Reclassificações	Reclassificado	Publicado	Novas Práticas	Reclassificações	Reclassificado
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	631.388	-	-	631.388
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	(2.011)	-	2.011	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	(2.113)	(2.113)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(155)	-	155	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	-	53	-	(53)	-
Resultado Abrangente do Período	-	-	-	-	-	629.275	-	-	629.275

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/03/2012		
	Publicado	Ajustes de novos pronunciamentos contábeis	Reclassificado
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	938.081	(517.445)	420.636
Caixa Líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(382.766)	67.146	(315.620)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.183.061)	536.466	(646.595)
Varição Líquida do caixa e equivalentes de caixa	(627.746)	86.167	(541.579)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	2.862.490	(759.166)	2.103.324
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.234.744	(672.999)	1.561.745
	(627.746)	(86.167)	(541.579)

Demonstração do Valor Adicionado	31/03/2012		
	Publicado	Ajustes de novos pronunciamentos contábeis	Reclassificado
Receitas	6.023.992	(1.153.003)	4.870.989
Insumos adquiridos de terceiros	(2.136.058)	372.784	(1.763.274)
Retenções	(237.551)	34.566	(202.985)
Valor adicionado recebido em transferência	225.330	101.381	326.711
Valor adicionado a distribuir	3.875.713	(644.272)	3.231.441
Distribuição do Valor Adicionado			
Empregados	384.085	125.465	509.550
Impostos, taxas e Contribuições	2.346.316	(844.002)	1.502.314
Remuneração de capitais de terceiros	513.924	(159.694)	354.230
Remuneração de capitais próprios	631.388	233.959	865.347
	3.875.713	(644.272)	3.231.441

Os saldos patrimoniais apresentados nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012 e nas demonstrações de resultado referentes a 31 de março de 2012 já contemplam a aplicação retrospectiva dos pronunciamentos, conforme efeitos mencionados acima.

Reclassificações:

- Reclassificação da amortização mais valia de ativos da concessão de despesas financeiras para a rubrica de depreciação e amortização de aquisições de distribuição e geração e para rubrica de receita de transmissão para ativos de transmissão de energia elétrica;
- Reclassificação da amortização do ágio relacionado aos ativos da concessão de despesas financeiras para a linha de equivalência patrimonial na demonstração de resultados da controladora.

A Companhia ajustou as suas demonstrações de fluxo de caixa e de valor adicionado referentes ao 1º trimestre de 2012 em função das novas práticas contábeis adotadas a partir de 2013.

2.3. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações intermediárias de 31 de março de 2013.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho no trimestre no período findo em 31 de março de 2013 estão apresentadas nestas Informações trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2012	ITR do 1T-2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
5	32	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Depósitos Vinculados a Litígio
12	11	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
13	12	Ativo Financeiro da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangível
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
*	29	Efeitos da Medida Provisória 579 de 11 de Setembro de 2012 (Convertida na Lei de nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013)
34	30	Evento Subsequente
32	31	Demonstração Segregada por Empresa

(*) Informações incluídas no conjunto das demonstrações contábeis a partir do primeiro trimestre de 2012

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não seria aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
33	Demonstração do Fluxo de Caixa

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/03/2013		31/12/2012	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Telecom	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Rosal Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig PCH	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Trading	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Consolidação	100,00	-	100,00	-
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Serviços	Consolidação	100,00	-	100,00	-

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Contas Bancárias	14.128	73.352	3.590	6.065
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.963.190	1.785.305	481.534	1.046.728
Outros	64.034	60.468	14.628	4.329
	<u>2.027.224</u>	<u>1.845.773</u>	<u>496.162</u>	<u>1.051.057</u>
	<u>2.041.352</u>	<u>1.919.125</u>	<u>499.752</u>	<u>1.057.122</u>

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 97% a 105% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se as aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	226.172	378.576	52.766	3.845
Letras Financeiras do Tesouro	95.590	-	17.479	-
Letras Financeiras - Bancos	233.522	220.606	32.250	19.276
Debentures	69.858	56.081	4.847	3.979
Outros	48	1.879	157	263
	625.190	657.142	107.499	27.363
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	3.995	7.553	-	4
Letras Financeiras - Bancos	53.715	76.996	6.165	6.017
Debentures	-	1.715	-	123
Outros	15.410	12.852	3.230	1.483
	73.120	99.116	9.395	7.627
	698.310	756.258	116.894	34.990

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na nota explicativa nº 27.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Fornecimento Faturado	1.636.875	1.769.363
Fornecimento não Faturado	427.669	513.926
Suprimento a Outras Concessionárias	705.496	290.136
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(502.255)	(494.146)
	2.267.785	2.079.279
Ativo Circulante	2.053.159	1.858.129
Ativo não Circulante	214.626	221.150

A variação do Suprimento a Outras Concessionárias refere-se principalmente ao atraso na liquidação da contabilização da CCEE realizada em abril, determinado pela ANEEL em função da lei 12.783/12 que alterou cotas dos distribuidores e o encerramento de contratos.

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico da inadimplência, negociações em andamento e a existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Circulante				
ICMS a Recuperar	125.758	115.179	3.429	3.429
PIS-PASEP	9.274	7.399	2	-
COFINS	42.733	87.808	8	57.282
Outros	6.841	6.360	1.384	1.389
	184.606	216.746	4.823	62.100
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	228.908	222.851	4.754	4.754
PIS-PASEP	28.092	29.455	-	-
COFINS	129.577	139.301	3	3
Outros	-	1	-	-
	386.577	391.608	4.757	4.757
	571.183	608.354	9.580	66.857

Os créditos de ICMS, PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2013 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Circulante				
Imposto de Renda	137.077	171.248	-	-
Contribuição Social	45.826	57.720	-	-
	<u>182.903</u>	<u>228.968</u>		
Não Circulante				
Imposto de Renda	26.615	25.462	26.615	25.462
Contribuição Social	33.405	2.449	33.405	2.449
	<u>60.020</u>	<u>27.911</u>	<u>60.020</u>	<u>27.911</u>
	<u>242.923</u>	<u>256.879</u>	<u>60.020</u>	<u>27.911</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	285.981	285.629	285.981	285.629
Provisões	95.462	82.511	46.953	42.057
Obrigações Pós-Emprego	624.323	616.380	57.720	57.175
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	180.050	178.125	7.628	7.628
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.217	179.217	-	-
Concessão Onerosa	60.290	64.790	-	-
Ativo Regulatório não reconhecido pelo IFRS	79.583	168.344	-	-
Outros	57.855	26.490	3.548	2.204
Total	<u>1.562.761</u>	<u>1.601.486</u>	<u>401.830</u>	<u>394.693</u>
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(5.490)	(5.476)	-	(2.058)
Variação cambial	(20.801)	(20.485)	-	-
Custo atribuído	(374.099)	(385.024)	-	-
Ajuste a valor presente	(83.238)	(83.725)	-	-
Encargos Capitalizados	(30.134)	(27.261)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.106)	(1.939)	-	-
Ganho Indenização Transmissoras	(80.844)	(80.844)	-	-
Total	<u>(596.712)</u>	<u>(604.754)</u>	<u>-</u>	<u>(2.058)</u>
Total Líquido	<u>966.049</u>	<u>996.732</u>	<u>401.830</u>	<u>392.635</u>
Total do Ativo	1.254.036	1.303.920	401.830	392.635
Total do Passivo	(287.987)	(307.188)	-	-

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013 Reapresentado	31/03/2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.224.208	883.746	857.234	626.926
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(416.231)	(300.474)	(291.460)	(213.155)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	56.494	50.777	298.158	220.723
Contribuições e Doações Indedutíveis	(425)	(503)	(3)	(3)
Incentivo Fiscal	2.325	2.640	15	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	498	(4.123)	70	(4.307)
Outros	(1.522)	(675)	1.333	1.204
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(358.861)	(252.358)	8.113	4.462
Alíquota Efetiva	29,31%	28,56%	(0,95%)	(0,71%)
Imposto Corrente	(338.390)	(327.227)	(1.896)	-
Imposto Diferido	(20.471)	74.869	10.009	4.462

9. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Em 31 de março de 2013, a Companhia tinha registrado o valor a receber de R\$715.388, conforme abaixo:

- R\$225.897 referente compensação de parte dos custos com energia comprada no período de janeiro a março de 2013; e,
- R\$489.491 referente ressarcimento de custos com energia da Companhia em montante superior ao definido na tarifa em vigor a partir de 8 de abril de 2012. Dessa forma, esse valor referente à CVA – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” não entrou na composição do reajuste definido na Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, em vigor a partir de 8 de abril de 2013, tendo em vista o recebimento através dos recursos da CDE.

Os valores mencionados acima foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada e tem a previsão de recebimento para o 2º trimestre de 2013.

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Trabalhista	254.315	237.780	31.457	27.034
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	14.478	14.774	-	-
ITCD (c)	-	120.096	-	120.096
PASEP/COFINS (a)	719.595	719.180	-	-
Outros	51.360	50.398	44.595	44.219
	785.433	904.448	44.595	164.315
Outros				
Regulatório	32.895	33.151	12.704	12.704
Responsabilidade Civil	7.806	7.806	6.464	6.464
Recon	1.945	1.833	81	74
Bloqueio Judicial	103.155	110.198	51.050	55.688
Outros (b)	5.403	5.291	5.099	4.423
	151.204	158.279	75.398	79.353
	1.190.952	1.300.507	151.450	270.702

- (a) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 17.
- (b) Refere-se principalmente a valores bloqueados pela justiça, relativo a processos diversos.
- (c) A companhia recebeu o montante de R\$120.653 devidamente atualizado correspondente ao depósito relacionado à contingência do ITCD, em função do ganho na ação judicial que discutia sua incidência sobre as parcelas recebidas como participação financeira do consumidor.

11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia.

No termo de Compromisso, o Estado de Minas Gerais reconhece e declara o débito de sua responsabilidade em função do Contrato CRC, no valor de face de R\$6.282.551, data base de 31 de outubro de 2012, e que após a aplicação de 35%, totalizou o montante de R\$4.083.658. Este montante foi corrigido e acrescido dos juros previstos no Contrato CRC até a data do efetivo pagamento, considerando o prazo limite de até 30 dias úteis a partir do ingresso dos recursos, de cada operação de crédito do Estado de Minas Gerais que viabilizou a operação.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$4.083.658 acrescido de juros e correção monetária perfazia um total de R\$4.167.907, que deduzido do valor das contas a receber advindas do FIDC (R\$1.785.045), gerou um ganho financeiro de R\$2.382.862, registrado no resultado do exercício de 2012.

Do valor recebido pela Companhia, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC.

A movimentação dos valores da CRC foram como segue:

	Consolidado e Controladora
Valor recebido do FIDC	1.785.045
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	2.382.862
Valor retido pelo Estado-Ação judicial da extinta conta da CRC	(403.162)
Valores líquidos quitados pelo Estado	(1.342.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.422.099
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	43.547
Valores líquidos quitados pelo Estado no 1º trimestre de 2013	(2.465.646)
Saldo em 31 de março de 2013	-

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012, os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas em conjunto estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas em conjunto e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$542.081 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 29.

O saldo restante refere-se a investimentos em transmissão que serão remunerados através de tarifa, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

Consolidado	Saldos em 31/03/2013	Saldos em 31/12/2012 Reapresentado
Concessões de Distribuição	4.871.552	4.757.735
Concessões de Transmissão Novas	46.692	47.259
Concessões de Transmissão Antigas/Renovadas	675.331	958.161
Total	5.593.575	5.763.155
Ativo Circulante	2.254	287.692
Ativo Não Circulante	5.591.321	5.475.463

A movimentação dos ativos refere-se basicamente a atualização financeira dos ativos de transmissão.

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	5.763.155
Adição	17.796
Baixas	(3.308)
Transferências	116.928
Recebimentos	(298.173)
Outros	(2.823)
Saldo em 31 de março de 2013	5.593.575

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	-	-	5.802.799	5.394.624
Hidrelétrica Cachoeirão	32.673	32.435	-	-
Guanhães Energia	40.349	20.001	-	-
Hidrelétrica Pipoca	23.399	20.419	-	-
Cemig Baguari Energia	13	17	-	-
Madeira Energia	443.522	427.944	-	-
Lightger	42.052	40.265	-	-
Baguari Energia	197.701	193.828	-	-
EBTE	163.019	153.618	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.191	59.991	-	-
Central Eólica Volta do Rio	74.603	74.136	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	61.720	62.352	-	-
TAESA	2.315.127	2.251.094	-	-
Amazônia Energia	246.050	203.272	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.447.857	2.193.779
Light	1.101.727	1.104.282	1.101.727	1.104.282
Cemig Telecom	-	-	248.236	247.976
Gasmig	527.220	508.077	527.220	508.077
Rosal Energia	-	-	150.905	145.252
Sá Carvalho	-	-	130.268	123.898
Horizontes Energia	-	-	76.578	77.404
Usina Térmica Ipatinga	-	-	28.934	25.895
Cemig PCH	-	-	96.622	91.866
Cemig Capim Branco Energia	-	-	141.276	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	27.288	26.516	27.288	26.516
UTE Barreiro	-	-	35.285	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	13.674	13.542	13.674	13.542
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	8.972	12.368
Companhia Transirapé de Transmissão	11.982	11.528	11.982	11.528
Transchile	46.074	47.840	46.074	47.840
Efficientia	-	-	11.535	10.954
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.054	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.106	21.329	21.106	21.329
Cemig Trading	-	-	31.336	21.652
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	136.391	131.655	136.391	131.656
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	317.674	304.432	317.674	304.432
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	75.899	72.853	75.899	72.853
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	702.075	670.304	702.075	670.304
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	43.937	42.677	43.937	42.677
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.762	4.958	4.762	4.958
Cemig Serviços	-	-	1.188	1.421
Parati	356.569	355.888	356.569	355.888
	7.085.797	6.855.253	12.604.223	11.827.567

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2012	Efeitos Adoção CPC 33	31/12/2012 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Aquisições, aportes e redução de capital	Dividendos	31/03/2013
Cemig Geração e Transmissão	5.494.981	(100.357)	5.394.624	496.749	-	-	(88.574)	5.802.799
Cemig Distribuição	2.463.149	(269.370)	2.193.779	254.078	-	-	-	2.447.857
Cemig Telecom	247.976	-	247.976	427	(167)	-	-	248.236
Rosal Energia	145.252	-	145.252	6.255	-	-	(602)	150.905
Sá Carvalho	123.898	-	123.898	7.226	-	-	(856)	130.268
Gasmig	508.077	-	508.077	19.143	-	-	-	527.220
Horizontes Energia	77.404	-	77.404	(1.600)	-	-	774	76.578
Usina Térmica Ipatinga	25.895	-	25.895	3.070	-	-	(31)	28.934
Cemig PCH	91.866	-	91.866	5.098	-	-	(342)	96.622
Cemig Capim Branco Energia	125.568	-	125.568	15.708	-	-	-	141.276
Companhia Transleste de Transmissão	26.516	-	26.516	1.430	-	-	(658)	27.288
UTE Barreiro	33.022	-	33.022	2.263	-	-	-	35.285
Companhia Transudeste de Transmissão	13.542	-	13.542	808	-	-	(676)	13.674
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	12.368	-	12.368	3.359	-	-	(6.755)	8.972
Companhia Transirapé de Transmissão	11.528	-	11.528	1.049	-	-	(595)	11.982
Transchile	47.840	-	47.840	(1.055)	(711)	-	-	46.074
Efficientia	10.954	-	10.954	581	-	-	-	11.535
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.006	-	6.006	48	-	-	-	6.054
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	21.329	-	21.329	747	-	-	(970)	21.106
Light	1.149.109	(44.827)	1.104.282	(2.436)	-	-	(119)	1.101.727
Cemig Trading	21.652	-	21.652	9.684	-	-	-	31.336
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	131.656	-	131.656	4.735	-	-	-	136.391
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	304.432	-	304.432	13.242	-	-	-	317.674
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	72.853	-	72.853	3.046	-	-	-	75.899
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	670.304	-	670.304	31.771	-	-	-	702.075
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	42.677	-	42.677	1.260	-	-	-	43.937
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.958	-	4.958	(196)	-	-	-	4.762
Cemig Serviços	1.421	-	1.421	(233)	-	-	-	1.188
Parati	366.915	(11.027)	355.888	679	2	-	-	356.569
	12.253.148	(425.581)	11.827.567	876.936	(876)	-	(99.404)	12.604.223

- b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2013			Em 31 de dezembro 2012		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.261.997.787	100,00	2.261.998	5.802.799	100,00	2.261.998	2.463.149
Cemig Distribuição	2.896.785.358	100,00	3.296.785	2.447.857	100,00	3.296.785	5.494.981
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.227.655	26,06	2.225.822	3.264.677
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	248.236	100,00	225.082	247.976
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	150.905	100,00	46.944	134.201
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	130.268	100,00	36.833	123.898
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	885.043	59,57	643.780	808.466
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	76.578	100,00	64.258	77.404
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	28.934	100,00	29.174	25.895
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	96.622	100,00	30.952	91.866
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	141.276	100,00	5.528	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	109.152	25,00	49.569	106.065
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	35.286	100,00	30.902	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	56.975	24,00	30.000	56.423
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	8.972	100,00	486	12.368
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	48.906	24,50	22.340	47.052
Transchile	56.407.271	49,00	122.155	94.029	49,00	123.957	97.633
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	11.535	100,00	6.052	10.954
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	6.054	100,00	5.001	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.385	51,00	28.000	41.821
Cemig Trading	160.297	100,00	160	31.336	100,00	160	21.652
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	49,98	89.390	272.891	49,98	89.390	177.954
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	160.337	635.475	49,99	160.337	369.372
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	49,99	36.941	151.828	49,99	36.941	83.926
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	49,98	355.697	1.404.712	49,98	355.697	863.941
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	230.157	19,09	42.095	118.013
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	9.718	49,00	9.200	10.118
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	1.188	100,00	5.100	1.421
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.426.276	25,00	1.432.910	1.467.660

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a março de 2013		Janeiro a março de 2012	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	88.574	496.749	-	355.034
Cemig Distribuição	2.261.997.787	-	254.078	-	153.197
Light	203.934.060	457	(9.348)	323	138.789
Cemig Telecom	381.023.385	-	427	-	971
Rosal Energia	46.944.467	602	6.255	-	5.730
Sá Carvalho	361.200.000	856	7.226	-	6.993
Gasmig	409.255.483	-	32.135	-	21.266
Horizontes Energia	64.257.563	-	(1.600)	-	4.197
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	31	3.070	-	2.777
Cemig PCH	30.952.000	342	5.098	-	3.610
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	-	15.708	-	10.783
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	2.632	5.719	4.218	5.343
UTE Barreiro	30.902.000	-	2.263	-	2.293
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	2.817	3.367	4.496	3.071
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	6.755	3.359	-	(339)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	2.429	4.281	3.237	2.731
Transchile	56.407.271	-	(2.153)	-	216
Efficientia	6.051.994	-	581	-	2.098
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	-	48	-	118
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	1.902	1.465	-	2.022
Cemig Trading	160.297	-	9.684	-	8.089
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	-	9.474	10.639	10.977
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	-	26.489	24.686	26.206
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	-	6.093	15.134	4.541
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	-	63.567	51.818	55.532
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	-	6.600	11.403	8.443
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	-	196	-	556
Cemig Serviços	5.100.000	-	(233)	-	57
Parati	1.432.910.000	-	2.716	3.424	32.335

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, por meio do qual será transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passará a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passará a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a CEMIG transferirá para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Em complemento ao disposto no Fato Relevante de 17 de maio de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) aprovou, em 09 de abril de 2013, as transferências, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), (i) dos controles societários diretos das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) dos controles societários indiretos das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE, detidos pela Companhia e por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig-GT.

A conclusão da Reestruturação Societária ainda está sujeita à anuência dos bancos financiadores, destacadamente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A Taesa desembolsará, na data da conclusão da Reestruturação Societária, prevista para o 2º trimestre de 2013, o valor de R\$1.907 milhão (montante em 31 de março de 2013), corrigido pelo CDI, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Transferência de controle

A Resolução Autorizativa nº3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17.01.2013, Seção 01, pág 53; anuiu à reestruturação societária da TAESA, controlada em conjunto da Cemig GT, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em TAESA, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a TAESA. As concessionárias têm 120 (cento e vinte) dias para implementação das transferências e 30 (trinta) dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com 60 (sessenta) dias para assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas.

Investimento na Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG

A CEMIG investe no segmento de gás através da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG. A GASMIG registra seus ativos relacionados a infraestrutura de distribuição de gás de acordo com os requerimentos do ICPC01 “*Contratos de Concessão*”. Assim, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Administração da GASMIG entende que os ativos financeiros de gás serão indenizados pelo poder concedente, ou seja, o Governo do Estado de Minas Gerais, ao final da concessão, indenizará o valor dos investimentos realizados nos últimos cinco anos da concessão. Para os saldos dos ativos financeiros determinados pelos demais bens vinculados à concessão, a Administração da GASMIG entende, suportada por Nota Jurídica emitida pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, que serão sujeitos a indenização, no advento do término da concessão, por uma das opções seguintes: (i) pelo novo concessionário, em caso de não renovação da concessão; (ii) pela prorrogação do contrato de concessão, a fim de que se promova o reequilíbrio contratual em prazo razoável e necessário para que se opere a amortização dos ativos que lastream os referidos ativos financeiros; e (iii) por meio de aditamento contratual que retifique a cláusula de indenização para garantir a indenização dos bens não amortizados ao final da concessão. Essas opções ainda estão em processo de definição entre as partes.

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

Em 31 de março de 2013, a coligada Madeira Energia S.A. – MESA (“MESA”), apresentava excesso de passivos consolidados sobre ativos circulantes consolidados no montante de R\$1.352.872, decorrente, principalmente, do vencimento em 30 de setembro de 2013, da 5ª e 6ª parcelas das debêntures emitidas por aquela entidade e por conta pagamentos a fornecedores e provisões socioambientais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com o saldo de R\$2.076.815 de adiantamento a fornecedores e com os aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$1.371.000 (não revisado pelos auditores independentes), para os próximos trimestres de 2013.

O Consórcio Construtor Santo Antônio – CCSA, responsável pelas obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos da UHE Santo Antônio, está pleiteando uma compensação financeira, junto a MESA, referente à elevação dos custos da obra em função das greves e paralisações ocorridas nos anos de 2009 a 2012 que elevaram os valores dos benefícios concedidos à classe trabalhadora, assim como pelos custos incorridos em função do período das paralisações. Diante do exposto, a MESA está analisando o pleito e contratando peritos e especialistas para estudarem o mérito da compensação.

Opções de venda

A controlada Cemig GT concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da Taesa, uma opção de venda da totalidade das ações que este Fundo detém na Taesa, exercível em 30 de outubro de 2014. O preço da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Taesa. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira de 7,0% ao ano.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e atualmente exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas informações contábeis intermediárias decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2013			31/12/2012 (Reapresentado)		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	17.531.006	(11.724.838)	5.806.168	17.523.213	(11.643.000)	5.880.213
Terrenos	380.460	-	380.460	380.460	-	380.460
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.456.657	(4.937.591)	2.519.066	7.456.426	(4.904.235)	2.552.191
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.279.387	(1.544.328)	735.059	2.277.653	(1.535.134)	742.519
Máquinas e Equipamentos	7.387.570	(5.222.828)	2.164.742	7.381.684	(5.183.872)	2.197.812
Veículos	15.120	(9.372)	5.748	15.190	(9.081)	6.109
Móveis e Utensílios	11.812	(10.719)	1.093	11.800	(10.678)	1.122
Em Curso	230.177	-	230.177	228.516	-	228.516
Ativos em Formação	230.177	-	230.177	228.516	-	228.516
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.761.183	(11.724.838)	6.036.345	17.751.729	(11.643.000)	6.108.729

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2012 Reapresentado	Adição/ Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2013
Em Serviço	5.880.213	5.861	(4)	(79.902)	5.806.168
Terrenos	380.460	-	-	-	380.460
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.552.191	232	-	(33.357)	2.519.066
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	742.519	218	-	(7.678)	735.059
Máquinas e Equipamentos	2.197.812	5.402	(4)	(38.468)	2.164.742
Veículos	6.109	5	-	(366)	5.748
Móveis e Utensílios	1.122	4	-	(33)	1.093
Em Curso	228.516	1.661	-	-	230.177
Imobilizado Líquido - Consolidado	6.108.729	7.522	(4)	(79.902)	6.036.345

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor

elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo imobilizado encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$50.406 em 31 de março de 2013.

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.

15. INTANGÍVEL

Controladora	31/03/2013			31/12/2012 (Reapresentado)		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	3.803	(3.361)	442	3.803	(3.319)	484
Com Vida Útil Definida						
Direito de uso de softwares	3.711	(3.275)	436	3.794	(3.316)	478
Marcas e Patentes	9	(3)	6	9	(3)	6
Direito de Exploração de Concessão	83	(83)	-	-	-	-
Em Curso	497	-	497	10.090	(9.593)	497
Ativos em formação	497	-	497	10.090	(9.593)	497
Intangível Líquido - Controladora	4.300	(3.361)	939	13.893	(12.912)	981

Consolidado	31/03/2013			31/12/2012 (Reapresentado)		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	6.850.951	(5.657.752)	1.193.199	6.726.540	(5.556.567)	1.169.973
Com Vida Útil Definida						
Servidão	13.175	(1.790)	11.385	13.175	(1.766)	11.409
Contrato oneroso de concessão	30.647	(9.904)	20.743	30.647	(9.653)	20.994
Direito de Exploração de Concessão	6.768.898	(5.611.747)	1.157.151	6.640.959	(5.508.926)	1.132.033
Outros	38.231	(34.311)	3.920	41.759	(36.222)	5.537
Em Curso	637.576	-	637.576	704.381	-	704.381
Ativos em formação	637.576	-	637.576	704.381	-	704.381
Intangível Líquido - Consolidado	<u>7.488.527</u>	<u>(5.657.752)</u>	<u>1.830.775</u>	<u>7.430.921</u>	<u>(5.556.567)</u>	<u>1.874.354</u>

A movimentação do ativo intangível consolidado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2012 Reapresentado	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Outros	Saldo em 31/03/2013
Em Serviço	1.169.973	-	(855)	(111.273)	136.601	(1.247)	1.193.199
Com Vida Útil Definida							
- Servidão	11.409	-	-	(24)	-	-	11.385
- Concessão Onerosa	20.994	-	-	(251)	-	-	20.743
- Ativos de Concessão	1.132.033	-	(855)	(110.628)	136.601	-	1.157.151
- Outros	5.537	-	-	(370)	-	(1.247)	3.920
Em Curso	704.381	187.138	-	-	(253.529)	(414)	637.576
- Ativos em Formação	704.381	187.138	-	-	(253.529)	(414)	637.576
Intangível Líquido - Consolidado	<u>1.874.354</u>	<u>187.138</u>	<u>(855)</u>	<u>(111.273)</u>	<u>(116.928)</u>	<u>(1.661)</u>	<u>1.830.775</u>

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição, que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$8.451 em 31 de março de 2013 (R\$3.359 em 31 de março de 2012)

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 30.

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Energia de curto prazo - CCEE	237.010	104.691
Encargos de uso da rede elétrica	60.035	104.752
Energia elétrica comprada para revenda	566.122	582.951
Itaipu binacional	178.917	180.180
Materiais e serviços	223.897	337.643
	1.265.981	1.310.217
Circulante	1.261.276	1.305.935
Não Circulante	4.705	4.282

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Circulante				
ICMS	281.743	342.648	18.091	18.091
COFINS	70.376	103.682		31.907
PASEP	15.279	22.584		6.927
INSS	18.930	21.856	1.669	1.761
Outros	24.950	24.655	974	1.433
	411.278	515.425	20.734	60.119
Não Circulante				
COFINS	584.276	563.731	-	-
PASEP	126.849	122.389	-	-
Outros	-	52	-	-
	711.125	686.172	-	-
	1.122.403	1.201.597	20.734	60.119

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Circulante		
Imposto de Renda	11.930	23.478
Contribuição Social	4.284	8.468
	16.214	31.946

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				2013			2012
				Circulante	Não Circulante	Total	Reapresentado Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6%	US\$	25.609	-	25.609	25.603
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	6.528	21.018	27.546	26.831
BNP Paribas	2012	5,89%	EURO	-	-	-	-
KFW	2016	4,50%	EURO	1.782	5.115	6.897	7.111
TOSHIBA	2013	LIBOR + 5,36	US\$	7.420	-	7.420	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				41.339	26.133	67.472	66.965
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	210.035	-	210.035	206.186
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80% do CDI	R\$	12.703	442.348	455.051	447.250
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	28.629	-	28.629	28.061
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	-	-	-	132.842
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	832.697	300.000	1.132.697	1.113.973
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	815.949	-	815.949	793.153
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI	R\$	122.050	362.099	484.149	475.890
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08% do CDI	R\$	-	-	-	664.075
Banco do Brasil S.A.	2013	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.083.159
Banco do Brasil S.A. (8)	2015	99,5% do CDI	R\$	198.158	-	198.158	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.675	-	25.675	26.253
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.952	94.112	102.064	103.955
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	99.544	-	99.544	97.570
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	464	-	464	1.003
Bradesco S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	-
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	-	-	-	600.813
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50 UFIR, RGR + 6,00 a	R\$	10.692	-	10.692	14.529
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	74.628	297.791	372.419	388.583
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	101.273	-	101.273	99.259
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	4.009	2.377	6.386	6.867
Banco Itaú – BBA S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	885	-	885	1.914
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	79.076	-	79.076	78.949
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.777	12.727	17.504	18.686
Consórcio Pipoca (6)	2013	IPCA	R\$	185	-	185	185
BNDES – CEMIG TELECOM (18)	2017	TJLP	R\$	7.993	30.089	38.082	40.057
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	20.204	-	20.204	20.131
Dívida em Moeda Nacional				2.657.578	1.541.543	4.199.121	6.443.343
Total de Empréstimos e Financiamento				2.698.917	1.567.676	4.266.593	6.510.308
Debêntures (6)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	414.556	-	414.556	401.359
Debêntures (6)	2017	IPCA + 7,96	R\$	552.122	-	552.122	530.287
Debêntures (6)	2017	CDI+ 0,90	R\$	-	-	-	-
Debêntures (6)	2015	IPCA + 7,68	R\$	467.690	467.914	935.604	1.444.590
Debêntures (6)	2017	CDI + 0,90	R\$	4.192	479.859	484.051	517.396
Debêntures (6)	2022	IPCA + 6,20	R\$	4.950	717.164	722.114	738.885
Debêntures (6)	2019	IPCA + 6,00	R\$	1.426	214.088	215.514	220.210
Debêntures (6)	2021	IPCA + 4,7	R\$	1.108.682	-	1.108.682	-
Debêntures (6)	2025	IPCA+5,1	R\$	661.823	-	661.823	-
Debêntures (6)	2018	CDI + 069	R\$	413.516	-	413.516	-
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)	2031	IGP-M	R\$	-	54.335	54.335	52.758
Total de Debêntures				3.628.957	1.933.360	5.562.317	3.905.485
Total Geral Consolidado				6.327.874	3.501.036	9.828.910	10.415.793

As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;

- (1) Empréstimo da controladora;
- (2) Foi contratado “swap” com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (3) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº11 nas informações contábeis consolidadas;
- (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (5) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC12;
- (6) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	39.557	2.250	-	-	-	-	-	18.768	60.575
Euro	1.782	1.705	1.705	1.705	-	-	-	-	6.897
	41.339	3.955	1.705	1.705	-	-	-	18.768	67.472
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	34.223	470.236	648.051	179.778	179.779	106.637	469.250	2.108.090	4.196.044
Unidade Fiscal de Referência-UFIR/RGR	58.528	69.647	61.291	49.837	40.202	35.362	23.562	34.918	373.347
Certificado de Depósito Interbancário – CDI	1.240.944	761.877	413.017	213.139	693.633	410.796	-	-	3.733.406
Índice Intermodal Eletrobrás-FINEL	9.765	-	-	-	-	-	-	-	9.765
URTJ/TJLP(*)	15.671	20.194	18.222	17.828	17.828	10.039	7.631	50.236	157.649
Índice Geral de Preços-Mercado-IGP-M	32.340	382.215	-	-	-	-	-	54.335	468.890
Outros(IGP-DI,INPC)(***)	2.053	-	544	660	660	448	-	-	4.365
TR	1.956	-	67	-	-	-	-	-	2.023
Sem Indexador	815.949	-	-	-	-	-	-	-	815.949
	2.211.429	1.704.169	1.141.192	461.242	932.102	563.282	500.443	2.247.579	9.761.438
	2.252.768	1.708.124	1.142.897	462.947	932.102	563.282	500.443	2.266.347	9.828.910

(*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) UMBNDES - Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 31/03/2013 %	Variação Acumulada em 31/12/2012 %	Indexadores	Variação Acumulada em 31/03/2013 %	Variação Acumulada em 31/12/2012 %
Dólar Norte-Americano	(1,45)	8,94	IGP-M	0,84	7,82
Euro	(4,08)	10,73	CDI	1,64	8,37
			IPCA	1,94	5,84

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.415.793	1.102.721
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.370.206	-
Variação monetária e cambial	64.277	-
Encargos financeiros provisionados	193.306	21.351
Encargos financeiros pagos	(277.218)	(16.113)
Amortização de financiamentos	(2.937.454)	(1.088.000)
Saldo em 31 de março de 2013	9.828.910	19.959

a) Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig e suas controladas, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu no Passivo Circulante o montante de R\$1.206.091 em decorrência de contratos cujas cláusulas restritivas não foram atendidas.

A Companhia obteve, em 29 de abril de 2013, o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos em 31/12/2012.

b) Debêntures

Em março de 2013, a Cemig D concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Cemig D emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,69% ao ano, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 4,70% ao ano e 5,10% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As captações de recursos durante o 1º trimestre de 2013 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Empresa	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional				
Banco do Brasil	Cemig D	2015	99,5% do CDI	195.847
3ª Emissão de Debêntures - 1ª série	Cemig D	2018	CDI + 0,69%	412.163
3ª Emissão de Debêntures - 2ª série	Cemig D	2021	IPCA + 4,7%	1.103.334
3ª Emissão de Debêntures - 3ª série	Cemig D	2025	IPCA + 5,1%	658.862
Total de Captações				2.370.206

As debêntures de emissão da controlada em conjunto em 31 de março de 2013, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Vencimento	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Não há	IGP-M	Não há	2014	54.336	52.758
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Não há	IPCA+7,68	Não há	2015	935.604	1.444.590
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Quirografia	CDI-09%	Não há	2017	484.051	517.396
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IPCA-6,2%	Não há	2019	722.113	738.885
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IPCA-6,0%	Não há	2022	215.514	220.211
CEMIG D(1) (2) 1ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	CDI+0,69	Não há	2018	413.516	-
CEMIG D(1) (2) 2ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA4+4,7	Não há	2021	1.108.682	-
CEMIG D(1) (2) 3ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA4+5,1	Não há	2025	661.824	-
CEMIG D(1) (2)	Simple não Conversíveis	Não há	IPCA+7,96	Não há	2017	552.122	530.287
CEMIG D(1) (2)	Simple não Conversíveis	Quirografia	IGP-M+10,50	Não há	2014	414.555	401.358
TOTAL						5.562.317	3.905.485

(1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria.

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (cross default);

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Reserva Global de Reversão - RGR	61.706	61.706
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	30.674
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.416	44.906
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.501	3.509
Eficiência Energética	116.180	134.497
Pesquisa e Desenvolvimento	126.765	137.003
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.632	3.837
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.084	7.494
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.052	25.703
Encargo de Capacidade Emergencial	31.034	31.035
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	3.052	4.678
	365.629	486.249
Passivo Circulante	194.638	317.048
Passivo Não Circulante	170.991	169.201

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	104.246	50.563	1.486	51.958	208.253
Despesa Reconhecida no Resultado	1.496	1.269	38	1.455	4.258
Contribuições Pagas	(1.218)	(879)	(28)	(253)	(2.378)
Passivo Líquido em 31 de março de 2013	104.524	50.953	1.496	53.160	210.133
Passivo Circulante					2.615
Passivo Não Circulante					207.518

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012	1.048.204	819.780	22.343	735.848	2.626.175
Despesa Reconhecida no Resultado	30.408	22.260	607	19.090	72.365
Contribuições Pagas	(24.750)	(14.666)	(475)	(3.459)	(43.350)
Passivo Líquido em 31 de março de 2013	1.053.862	827.374	22.475	751.479	2.655.190
Passivo Circulante					53.157
Passivo Não Circulante					2.602.033

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

No 1º trimestre de 2013, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa 2.3, a Companhia reconheceu no resultado abrangente os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas Demonstrações Contábeis.

21. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 31/03/2013
Trabalhistas	78.151	40.007	(35)	(2.607)	115.516
Cíveis					
Relações de Consumo	59.912	2.732	(13.558)	(1.544)	47.542
Outras ações cíveis	39.114	3.401	(6.904)	(636)	34.975
	99.026	6.133	(20.462)	(2.180)	82.517
Tributárias	34.865	2.438	(3.026)	(1.694)	32.583
Ambientais	5.442	348	(730)	(66)	4.994
Regulatórias	37.577	472	(3.387)	(346)	34.316
Outras	10.415	640	(781)	(240)	10.034
Total	265.476	50.038	(28.421)	(7.133)	279.960

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 31/03/2013
Trabalhistas	50.004	18.261	-	(1.292)	66.973
Cíveis					
Relações de Consumo	17.649	1.211	(3.545)	(23)	15.292
Outras ações cíveis	19.268	2.765	-	(11)	22.022
	36.917	3.976	(3.545)	(34)	37.314
Tributárias	30.555	1.622	(2.426)	(1.621)	28.130
Ambientais	984	-	(730)	-	254
Regulatórias	25.073	-	(1.640)	-	23.433
Outras	2.556	170	(560)	(138)	2.028
Total	146.089	24.029	(8.901)	(3.085)	158.132

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$415.062, dos quais R\$115.516 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$90.732, dos quais R\$47.542 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$124.113, dos quais R\$34.975 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$133.151, dos quais R\$32.583 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$16.579, dos quais R\$4.994 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$129.225, dos quais R\$34.316 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$56.790, dos quais R\$10.034 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$938.092, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$206.913.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$375.788 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado, de R\$342.743, classificada como probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$392.219. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.654.887. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$98.790.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada, em R\$1.198.830, tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$137.798. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$135.060. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$167.185.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$203.866, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de março de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$4.265.091, representado por 372.837.085 ações ordinárias e 480.181.143 preferênciais ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento de Capital Social

O Conselho de Administração da Cemig aprovou em Assembleia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros.

Em 30 de abril de 2013, Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$4.265.091 para R\$4.813.362 com emissão de 109.654.157 novas ações, mediante a capitalização de R\$548.271 provenientes da incorporação das parcelas pagas em 2012 a título de principal corrigidas até dezembro de 1995, conforme cláusula do Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 12,854843355% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue:

Quantidade de ações	31/03/2012	31/03/2012
Ações ordinárias	482.491.242	482.491.242
Ações preferenciais	480.181.143	480.181.143
	962.672.385	962.672.385
Ações em Tesouraria	(410.397)	(410.397)
Total	962.261.988	962.261.988

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 31 de março de 2013 e 2012 foram de R\$0,90 e R\$0,66 respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado e Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados - controladora	(103.767)	(103.767)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto	550.502	578.646
Custo Atribuído de Imobilizado	932.035	959.303
Ajustes de Conversão de Balanço	9.314	10.025
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(390.298)	(390.298)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	(549)	(384)
Ajustes de avaliação patrimonial	446.735	474.879

23. RECEITA

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	3.467.398	3.624.311
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	339.119	422.155
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	102.140	193.854
Receita de Construção de Transmissão (c)	17.639	23.538
Receita de Construção de Distribuição (c)	186.708	200.955
Transações com energia na CCEE	578.747	118.477
Outras Receitas Operacionais (d)	199.426	143.503
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (e)	(1.213.583)	(1.534.864)
Receita Operacional Líquida	3.677.594	3.191.929

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Residencial	2.312.569	2.185.865	1.148.808	1.349.382
Industrial	5.499.782	6.015.764	934.178	1.030.836
Comércio, Serviços e Outros	1.528.696	1.435.345	596.185	619.588
Rural	632.817	562.856	173.715	162.168
Poder Público	208.265	195.328	80.959	82.861
Iluminação Pública	309.813	309.270	77.553	83.444
Serviço Público	304.326	289.407	79.704	83.536
Subtotal	10.796.268	10.993.835	3.091.102	3.411.815
Consumo Próprio	8.636	8.810	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(91.425)	(173.906)
	10.804.904	11.002.645	2.999.677	3.237.909
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.883.530	3.306.264	467.721	386.402
Total	14.688.434	14.308.909	3.467.398	3.624.311

(*) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Revisão Tarifária – Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, com o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição e da Light que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos,, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 23.

d) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Serviço Taxado	3.714	3.771
Serviço de Telecomunicações	35.368	38.087
Prestações de Serviços	26.584	26.353
Subvenções (*)	126.562	49.076
Aluguel e Arrendamento	6.712	26.001
Outras	486	215
	199.426	143.503

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

e) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	704.558	737.185
COFINS	327.671	342.433
PIS-PASEP	71.132	74.423
Outros	1.044	1.187
	1.104.405	1.155.228
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	-	55.825
Programa de Eficiência Energética – PEE	11.832	(3.446)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.436	124.718
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	25.487	169.484
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	13.524	8.295
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	5.870	8.295
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.731	4.148
Encargos do Consumidor - PROINFA	6.068	6.401
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	8.230	5.916
	109.178	379.636
	1.213.583	1.534.864

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Pessoal (a)	443.366	297.460	17.840	11.494
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	56.001	54.355	4.572	4.199
Obrigações Pós-Emprego	41.957	33.498	2.762	2.528
Materiais	55.942	12.982	30	21
Serviços de Terceiros (b)	189.701	203.106	1.184	3.084
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	972.787	858.361	-	-
Depreciação e Amortização	202.985	197.380	94	87
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	34.041	48.974	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	41.802	68.922	14.921	7.019
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	126.225	217.650	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	204.348	224.493	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	86.853	81.157	8.375	5.356
	2.456.008	2.298.338	49.778	33.788

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Remunerações e Encargos	252.833	249.882	11.574	11.331
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	16.952	16.040	1.094	1.048
Benefícios Assistenciais	33.854	32.898	1.336	1.086
	303.639	298.820	14.004	13.465
Programas de Desligamento Voluntário – PDV/PID	154.127	20.024	6.107	254
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(14.400)	(21.384)	(2.271)	(2.225)
	139.727	(1.360)	3.836	(1.971)
	443.366	297.460	17.840	11.494

Programas de Desligamento de Empregados

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa, provisionado no 1º trimestre de 2013, foi de R\$155 milhões, em conformidade a adesão de 1.071 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril a junho de 2013.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	42.707	39.132	-	-
Comunicação	17.150	25.213	118	300
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	50.851	50.339	78	-
Conservação e Limpeza de Prédios	19.379	13.450	19	30
Mão de Obra Contratada	4.341	8.003	-	142
Fretes e Passagens	772	1.485	176	204
Hospedagem e Alimentação	1.477	3.361	47	57
Vigilância	3.647	5.241	-	-
Consultoria	1.573	2.610	277	1.878
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	3.362	7.286	6	3
Manutenção e Conservação de Veículos	2.237	5.211	9	4
Corte e Religação	7.038	6.748	-	-
Meio Ambiente	5.146	4.320	-	24
Poda de Árvores	4.345	4.668	-	-
Limpeza de Faixa	6.614	7.376	-	-
Outros	19.062	18.663	454	442
	189.701	203.106	1.184	3.084

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Energia de Itaipu Binacional	230.994	190.911
Energia de curto prazo	17.975	109.042
PROINFA	63.709	56.370
Contratos Bilaterais	66.120	63.007
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	425.715	395.368
Energia adquirida no Ambiente Livre	238.023	120.939
Créditos de PASEP-COFINS	(69.749)	(77.276)
	972.787	858.361

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Prêmio de Aposentadoria	(436)	(522)	(207)	16
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.622	20.202		
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	39.972	1.622	18.261	(3.401)
Cíveis	(5.256)	24.035	426	13.609
Tributárias	(589)	(4.336)	(804)	(4.563)
Ambientais	(382)	84	(730)	4
Regulatórias	(2.915)	(2.690)	(1.639)	1.285
Outras	(9.214)	30.527	(386)	69
	21.616	49.242	15.128	7.003
	41.802	68.922	14.921	7.019

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Pessoal e Administradores	13.405	12.139
Materiais	89.650	134.721
Serviços de Terceiros	92.492	79.238
Outras	8.801	(1.605)
	204.348	224.493

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Arrendamentos e Aluguéis	24.674	24.566	167	188
Propaganda e Publicidade	450	1.861	15	-
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.899	3.901	-	-
Subvenções e Doações	2.044	2.707	8	9
Taxa de Fiscalização da ANEEL	10.484	10.385	-	-
Concessão Onerosa	4.898	4.186	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	16.702	12.434	76	115
Seguros	1.865	1.467	664	186
Anuidade CCEE	2.046	1.380	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.356	2.816	-	-
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.596	5.648	275	278
Outras Despesas	12.839	9.806	7.169	4.579
	86.853	81.157	8.375	5.356

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	34.587	46.438	7.455	9.690
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	38.097	32.476	-	-
Variações Cambiais	10.012	12.808	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	6.080	-	-
Rendas FIDC	-	-	-	20.327
Variação Monetária	-	-	113	953
Ajuste a Valor Presente	-	63	-	-
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 10)	2.839	11.671	282	9.562
Atualização Monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais(Nota 11)	43.547	43.559	43.547	-
Outras	10.847	5.001	1.741	2.189
	139.929	158.096	53.138	42.721
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(176.265)	(216.672)	(21.351)	(29.956)
Variações Cambiais	(1.096)	(6.131)	(4)	(1)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(65.314)	(30.738)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(3.774)	(1.298)	-	-
Perdas Com Instrumentos Financeiros	(110)	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	(1.430)	-	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(30.408)	(25.144)	(1.496)	(1.238)
Outras	(25.068)	(37.301)	(291)	(76)
	(303.465)	(317.284)	(23.142)	(31.271)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(163.536)	(159.188)	29.996	11.450

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado	31/03/2013	31/03/2012 Reapresentado
Light								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	324	809	-	-	(880)	(1.277)
Suprimento a Outras concessionárias (2)			-	130	-	7.621	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	97	127	5	1	1.788	1.245	(15)	(3)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	2.837	2.577	-	-	(8.232)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	43.207	37.716	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	3.517	1.068	-	-	(7.958)	(3.199)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	1.060	1.167	-	-	(3.236)	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	214	224	-	-	(224)	-
Governo do Estado de Minas Gerais Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	7.408	8.197	-	-	21.353	21.452	-	-
Debêntures (4)	-	-	54.335	52.758	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	-	2.422.099	-	-	-	23.232	-	-
Financiamentos – BDMG (5)	-	-	8.853	9.213	-	-	-	-
FORLUZ Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	53.157	51.227	-	-	(30.408)	(25.144)
Despesa com pessoal (7)			-	-			(16.952)	(16.040)
Custeio Administrativo (8)			-	-			(5.595)	(5.648)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	1.000.705	763.643	-	-	-	-
Cemig Saúde Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	-	-	-	-	(22.867)	(18.484)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	849.849	611.956	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A., Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as Operações com Energia Elétrica referem-se ao Encargos de Uso da Rede Elétrica;
- (2) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (3) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até março de 2014 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 11 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 31 de março de 2013 e 2012 é conforme segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Remuneração	2.064	2.426
Participação nos Resultados	595	-
Benefícios Pós Emprego	159	163
Benefícios Assistenciais	27	28
Total	2.845	2.617

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 11,18,20 e 24.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;

- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, , obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2013		31/12/2012 (Reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2.027.224	2.027.224	1.845.773	1.845.773
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.267.785	2.267.785	2.079.279	2.079.279
Concessionários – Transporte de Energia	287.041	287.041	357.811	357.811
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	2.422.099	2.422.099
Ativos Financeiros da Concessão	179.942	179.942	177.901	177.901
	4.761.992	4.761.992	6.882.863	6.882.863
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	5.413.633	5.413.633	5.585.254	5.585.254
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	233.940	234.634	582.249	583.976
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	464.370	464.370	174.009	174.009
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	20.335	20.335	20.445	20.445
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.265.981	1.265.981	1.310.217	1.310.217
Obrigações pós-emprego - Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	1.053.862	1.053.862	814.870	814.870
Concessões a Pagar	189.619	368.962	187.718	367.614
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.828.910	10.316.174	10.415.793	10.964.252
	12.338.372	13.004.979	12.728.598	13.456.953

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2013		31/12/2012 (Reapresentado)	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (<i>nota 18</i>)	30.077	60.575	29.301	59.860
Fornecedores (Itaipu Binacional)	88.837	178.917	88.198	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(12.355)	(24.882)	(11.661)	(23.823)
	106.559	214.610	105.838	216.217
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (<i>nota 18</i>)	2.668	6.897	2.639	7.111
Passivo Líquido Exposto		<u>221.507</u>		<u>223.328</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2014 será uma valorização de 0,45% para o dólar (R\$2,023) e uma valorização de 0,27% para o Euro (R\$2,592). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2013	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	60.575	60.84	76.058	91.269
Fornecedores (Itaipu Binacional)	178.917	179.717	224.646	269.576
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(24.882)	(24.993)	(31.241)	(37.490)
	<u>214.610</u>	<u>215.570</u>	<u>269.463</u>	<u>323.355</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	6.897	6.916	8.645	10.374
Passivo Líquido Exposto	<u>221.507</u>	<u>222.486</u>	<u>278.108</u>	<u>333.729</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>979</u>	<u>56.601</u>	<u>112.222</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$44.626 (R\$45.026, em 31 de dezembro de 2012).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.027.224	1.845.773
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	698.310	756.258
Fundos Vinculados	97.581	132.493
	<u>2.823.115</u>	<u>2.734.524</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 18)	(3.733.406)	(5.594.724)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 18)	(157.649)	(162.698)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
	<u>(4.491.055)</u>	<u>(6.357.422)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.667.940)</u>	<u>(3.622.898)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 8,75% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/03/2013	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 8,75% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 10,94% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 13,13% TJLP 7,50%
Ativos				
Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.027.224	2.204.606	2.249.002	2.293.399
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	698.310	759.412	774.705	789.998
Fundos Vinculados	97.581	106.119	108.256	110.393
	<u>2.823.115</u>	<u>3.070.137</u>	<u>3.131.963</u>	<u>3.193.790</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 18)	(3.733.406)	(4.060.079)	(4.141.841)	(4.223.602)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 18)	(157.649)	(165.531)	(167.502)	(169.473)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(650.400)	(663.014)	(678.780)
	<u>(4.491.055)</u>	<u>(4.876.010)</u>	<u>(4.792.357)</u>	<u>(5.071.855)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.667.940)</u>	<u>(1.805.873)</u>	<u>(1.840.394)</u>	<u>(1.878.065)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(137.933)</u>	<u>(172.454)</u>	<u>(210.125)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.413.633	5.585.254
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.196.044)	(2.934.157)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(468.890)	(454.117)
	<u>(4.664.934)</u>	<u>(3.388.274)</u>
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	<u>748.699</u>	<u>2.196.980</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,24% e 5,14%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2013	31 de março de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,24% IGP-M 5,14%	Cenário Possível IPCA 6,55% IGP-M 6,43%	Cenário Remoto IPCA 7,86% IGP-M 7,71%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.413.633	5.691.894	5.761.730	5.831.024
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.196.044)	(4.415.917)	(4.470.885)	(4.525.853)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(468.890)	(492.991)	(499.040)	(505.041)
	<u>(4.664.934)</u>	<u>(4.908.908)</u>	<u>(4.969.925)</u>	<u>(5.030.894)</u>
Ativo Líquido Exposto	748.699	782.986	791.805	800.130
Efeito Líquido da Variação do IPCA		<u>34.287</u>	<u>43.106</u>	<u>51.431</u>

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros previstos nos contratos, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	345.544	212.876	1.053.596	4.447.656	7.249.717	13.309.390
Concessões a pagar	1.682	5.069	13.584	66.715	162.355	249.405
Obrigações pós- emprego						
- Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)						
	8.345	16.669	50.693	334.983	1.083.988	1.494.679
	3	2	1.	4.	8.	1
	5	3	1	8	4	5.
	5.	4	1	4	9	0
	5	.	7.	9.	6.	5
	7	6	8	3	0	3.
	1	1	7	5	6	4
		4	3	4	0	7
						4
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.970	833.733	50.372	218.157	152.220	1.268.451
	<u>369.541</u>	<u>1.068.347</u>	<u>1.168.245</u>	<u>5.067.511</u>	<u>8.648.280</u>	<u>16.321.925</u>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.067	-	-	-	-	20.067
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	411	820	2.494	16.481	53.332	73.538
	<u>20.478</u>	<u>820</u>	<u>2.494</u>	<u>16.481</u>	<u>53.332</u>	<u>93.605</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em março de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foi de R\$502.255.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões

3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não atendeu à algumas dessas cláusulas restritivas e obteve em 29 de abril de 2013 o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 31 de março de 2013, no montante de R\$110 (ganho de R\$6.080 em 31 de março de 2012), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as

quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Controlada, Cemig Distribuição em 31 de março de 2013.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Ganho/Perda não Realizada						Efeito acumulado	
				Valor Principal Contratado		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012		
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	US\$8.168	(24.903)	(23.888)	(24.882)	(23.823)	-	-
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	41.271	32.153	45.217	44.268	-	-
								<u>20.335</u>	<u>20.445</u>		

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima um cenário provável em 31 de março de 2014, que a taxa do CDI será de 8,75% e a valorização cambial da moeda estrangeira, em relação ao Real, será de 0,45% para o Dólar (R\$2,023).

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC e da variação cambial do Dólar de 25% e 50% em relação a 31 de março de 2013, cenários que são considerados como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de março 2014 seria de 10,94% e 13,13% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

Risco – Variação do CDI em relação à variação do Dólar	Saldo em 31/03/2013	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
--	---------------------	------------------	------------------	----------------

		8,75%	10,94%	13,13%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	24.882	27.059	27.604	28.149
Efeito Líquido da Variação do CDI		(2.177)	(2.722)	(3.267)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	24.882	24.993	31.241	37.490
Efeito Líquido da Variação do US\$		111	6.359	12.608
Efeito Líquido		(2.066)	3.637	9.341

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

Risco da variação do CDI em relação ao Cenário Base

Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.	Saldo em 31/03/2013	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	650.400	663.014	675.629
Efeito Líquido da Variação do CDI		(50.400)	(63.014)	(75.629)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		68.820	68.820	68.820
Efeito Líquido		18.420	5.806	(6.809)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de março de 2013 é apresentada a seguir:

	31/03/2013	31/12/2012 Reapresentado
Total do Passivo	18.398.282	21.019.884
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.041.352)	(1.919.125)
(-) Fundos Vinculados	(97.581)	(132.493)
Passivo Líquido	16.259.349	18.968.266
Total do Patrimônio Líquido	12.414.468	11.549.997
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,31	1,64

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de março de 2013	Valor justo em 31 de março de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	230.167	-	230.167	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	95.590	-	95.590	-
Letras Financeiras - Bancos	137.333	-	137.333	-
Outros	1.280	-	1.280	-
	464.370	-	464.370	-
Fundos Vinculados	97.581	-	97.581	-
Contratos de Swaps	20.335	-	20.335	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.413.633	-	-	5.413.633
	5.531.549	-	117.916	5.413.633

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

29. EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

Os principais efeitos da Lei 12.783 nas operações da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 04 das Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 03 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia, por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

A Companhia está em processo de análise da decisão do Ministério e definirá as ações futuras no sentido de garantir o direito de renovação previsto no contrato de concessão da usina de Jaguara.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, que acarretará o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos será de 2,99%.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE MARÇO DE 2013									
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	14.494.349	12.001.589	13.018.599	328.109	179.169	150.204	511.984	(9.871.253)	30.812.750
Caixa e Equivalentes de Caixa	499.752	438.337	905.475	45.854	4.320	3.260	144.354	-	2.041.352
Títulos e Valores Mobiliários	116.894	330.057	119.499	3.995	16.433	11.521	99.911	-	698.310
Contas a Receber	-	966.624	1.620.202	-	6.260	4.905	25.936	(26.484)	2.597.443
Tributos	471.430	107.669	1.452.199	33.081	507	67	3.189	-	2.068.142
Outros Ativos	799.597	329.805	2.309.684	24.772	4.036	400	29.311	(636.594)	2.861.011
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	12.606.676	9.829.097	6.611.540	220.407	147.613	130.051	209.283	(9.208.175)	20.546.492
PASSIVO	14.494.349	12.001.588	13.018.599	328.109	179.169	150.204	511.985	(9.871.253)	30.812.750
Fornecedores e suprimentos	11.255	213.498	1.059.061	10.170	2.083	1.306	8.535	(39.927)	1.265.981
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	19.959	4.081.223	5.682.223	38.082	-	-	7.423	-	9.828.910
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.546.932	399.476	119.947	-	7.467	4.405	27.480	(558.775)	1.546.932
Obrigações Pós-Emprego	210.133	603.395	1.841.662	-	-	-	-	-	2.655.190
Tributos	20.734	423.826	916.972	10.755	36.490	1.124	16.703	-	1.426.604
Outros Passivos	270.868	477.372	950.877	20.866	2.861	2.134	14.068	(64.381)	1.674.665
Patrimônio Líquido	12.414.468	5.802.798	2.447.857	248.236	130.268	141.235	437.776	(9.208.170)	12.414.468
RESULTADO									
Receita Operacional Líquida	80	1.386.471	2.257.862	27.668	14.872	11.689	65.363	(86.411)	3.677.594
Custos e Despesas Operacionais	(49.778)	(641.007)	(1.784.306)	(20.273)	(4.179)	(3.797)	(15.749)	63.081	(2.456.008)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(229.780)	(783.001)	-	(1.198)	(680)	(3.526)	45.398	(972.787)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(62.830)	(86.641)	-	-	(404)	(832)	24.482	(126.225)
Pessoal	(17.840)	(109.085)	(310.857)	(3.083)	(272)	(321)	(1.908)	-	(443.366)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.572)	(13.434)	(37.597)	(345)	(2)	(51)	-	-	(56.001)
Obrigações Pós-Emprego	(2.762)	(9.485)	(29.710)	-	-	-	-	-	(41.957)
Materiais	(30)	(45.009)	(10.633)	(47)	(51)	(59)	(113)	-	(55.942)
Serviços de Terceiros	(1.184)	(24.742)	(157.627)	(4.947)	(566)	(671)	(4.794)	4.830	(189.701)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	(94)	(73.371)	(107.602)	(7.482)	(1.386)	(1.090)	(3.124)	(8.836)	(202.985)
Depreciação e Amortização	-	(32.465)	-	-	(554)	(376)	(646)	-	(34.041)
Provisões (Reversões) Operacionais	(14.921)	(5.428)	(21.481)	-	7	(7)	28	-	(41.802)
Custo de Construção de Infraestrutura	-	(17.639)	(186.709)	-	-	-	-	-	(204.348)
Outras Despesas Líquidas	(8.375)	(17.739)	(52.448)	(4.369)	(157)	(138)	(834)	(2.793)	(86.853)
Resultado de Equivalência Patrimonial	69.016	78.078	-	(4.266)	-	-	-	23.330	166.158
Receitas Financeiras	53.138	17.746	63.300	1.001	444	209	4.091	-	139.929
Despesas Financeiras	(23.142)	(130.996)	(147.416)	(892)	(198)	(23)	(798)	-	(303.465)
Resultado antes dos impostos	49.314	710.292	389.440	3.238	10.939	8.078	52.907	-	1.224.208
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.896)	(232.641)	(76.286)	(1.984)	(3.981)	(424)	(21.178)	-	(338.390)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.009	19.099	(59.076)	(499)	268	(18)	9.746	-	(20.471)
Resultado do Exercício	57.427	496.750	254.078	755	7.226	7.636	41.475	-	865.347

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de janeiro a março de 2013 e 2012 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2013

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	9.198.410	5.015.128	14.566.895	328.109	527.220	1.176.988	-	30.812.750
INVESTIMENTO	56.431	17.796	187.138	15.473	-	-	-	276.838
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.412.238	42.349	2.257.862	27.668	-	13.222	(75.745)	3.677.594
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(235.185)	-	(783.000)	-	-	-	45.398	(972.787)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(64.028)	(38)	(86.641)	-	-	-	24.482	(126.225)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(299.213)	(38)	(869.641)	-	-	-	69.880	(1.099.012)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(71.838)	(37.840)	(309.827)	(2.023)	-	(22.898)	1.060	(443.396)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(9.080)	(4.406)	(37.597)	(345)	-	(4.573)	-	(56.001)
Obrigação Pós-Emprego	(6.374)	(3.111)	(29.710)	-	-	(2.762)	-	(41.957)
Materiais	(44.510)	(641)	(10.633)	(48)	-	(110)	-	(55.942)
Serviços de Terceiros	(23.427)	(5.875)	(157.627)	(2.968)	-	(2.656)	2.852	(189.701)
Depreciação e Amortização	(80.111)	-	(107.602)	(7.482)	-	(7.790)	-	(202.985)
Provisões Operacionais	(3.619)	(1.780)	(22.511)	-	-	(13.892)	-	(41.802)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(34.041)	-	-	-	-	-	-	(34.041)
Custo de Construção	-	(17.639)	(186.709)	-	-	-	-	(204.348)
Outras	(13.274)	(5.082)	(52.449)	(2.300)	-	(15.701)	1.953	(86.853)
Total Custo de Operação	(286.274)	(76.374)	(914.665)	(15.166)	-	(70.382)	5.865	(1.356.996)
CUSTO TOTAL	(585.487)	(76.412)	(1.784.306)	(15.166)	-	(70.382)	75.745	(2.456.008)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	826.751	(34.063)	473.556	12.502	-	(57.160)	-	1.221.586
Resultado de Equivalência Patrimonial	306	146.625	3.834	-	19.859	(4.466)	-	166.158
Receita Financeira	17.207	5.067	63.300	1.001	-	53.354	-	139.929
Despesa Financeiro	(70.509)	(62.167)	(147.416)	(892)	-	(22.481)	-	(303.465)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	773.755	55.462	393.274	12.611	19.859	(30.753)	-	1.224.208
Imposto de Renda e Contribuição Social	(247.368)	29.156	(124.552)	(4.033)	-	8.407	-	(338.390)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(14.965)	1.764	(7.535)	(244)	-	509	-	(20.471)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	511.423	86.382	261.187	8.334	19.859	(21.837)	-	865.347

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2012

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	8.974.080	4.992.440	12.624.599	371.689	523.951	2.388.971	-	29.875.730
INVESTIMENTO	35.802	12.076	197.532	9.588	-	-	-	254.998
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.010.934	114.957	2.115.387	29.973	-	14.676	(93.998)	3.191.929
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(112.528)	-	(789.410)	-	-	-	43.577	(858.361)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(67.256)	(53)	(198.992)	-	-	-	48.651	(217.650)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(179.784)	(53)	(988.402)	-	-	-	92.228	(1.076.011)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(47.624)	(27.501)	(205.715)	(2.746)	-	(13.018)	(856)	(297.460)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(8.737)	(4.264)	(37.155)	-	-	(4.199)	-	(54.355)
Obrigação Pós-Emprego	(5.039)	(2.459)	(23.472)	-	-	(2.528)	-	(33.498)
Materiais	(1.829)	(775)	(10.188)	(13)	-	(177)	-	(12.982)
Serviços de Terceiros	(24.692)	(7.890)	(162.619)	(2.755)	-	(4.502)	(648)	(203.106)
Depreciação e Amortização	(89.918)	(18)	(86.387)	(7.984)	-	(13.073)	-	(197.380)
Provisões Operacionais	(2.328)	(1.458)	(58.101)	(10)	-	(7.025)	-	(68.922)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(48.974)	-	-	-	-	-	-	(48.974)
Custo de Construção	-	(23.538)	(200.955)	-	-	-	-	(224.493)
Outras	(11.845)	(4.679)	(50.497)	(2.813)	-	(14.597)	3.274	(81.157)
Total Custo de Operação	(240.986)	(72.582)	(835.089)	(16.321)	-	(59.119)	1.770	(1.222.327)
CUSTO TOTAL	(420.770)	(72.635)	(1.823.491)	(16.321)	-	(59.119)	93.998	(2.298.338)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	590.164	42.322	291.896	13.652	-	(44.443)	-	893.591
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.303)	110.774	45.261	-	11.737	(13.126)	-	149.343
Receita Financeira	19.626	7.885	83.575	2.680	-	44.330	-	158.096
Despesa Financeiro	(72.748)	(70.539)	(141.374)	(1.259)	-	(31.364)	-	(317.284)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	531.739	90.442	279.358	15.073	11.737	(44.603)	-	883.746
Imposto de Renda e Contribuição Social	(239.289)	9.059	(104.306)	(6.716)	-	14.025	-	(327.227)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.749	(2.073)	23.865	1.537	-	(3.209)	-	74.869
RESULTADO DO EXERCÍCIO	347.199	97.428	198.917	9.894	11.737	(33.787)	-	631.388

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

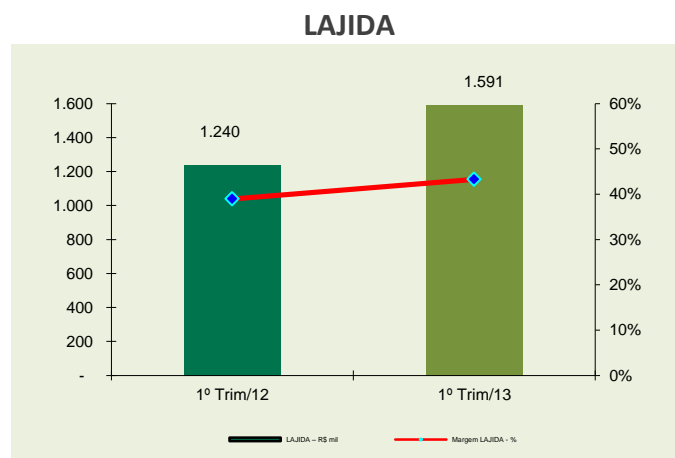
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro trimestre de 2013, um resultado consolidado de R\$865.347 em comparação ao resultado de R\$631.388 no primeiro trimestre de 2012 representando um aumento de 37,05%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 15,22% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 6,86% nos Custos e Despesas Operacionais. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento no primeiro trimestre de 2013 na comparação com o período de primeiro trimestre de 2012, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2013	31/03/2012	Var %
Resultado do exercício	865.347	631.388	37,05
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	358.861	252.358	42,20
+ Resultado Financeiro	163.536	159.188	2,73
+ Amortização e Depreciação	202.985	197.380	2,84
= LAJIDA	1.590.729	1.240.314	28,25



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um

indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA consolidado no primeiro trimestre de 2013 em comparação ao período de primeiro trimestre de 2012 deve-se, principalmente ao aumento de 15,22% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 7,24% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 38,86%, no primeiro trimestre de 2012, para 43,26 no primeiro trimestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$3.467.398, no primeiro trimestre de 2013, em comparação a R\$3.624.311, no primeiro trimestre de 2012, o que representa uma redução de 4,33%.

Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$3.091.102, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$3.411.815 no mesmo período de 2012, uma redução de 9,40%. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- Redução de 1,80% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);
- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh)

Consumo por Classe	MWh (*)			R\$		
	31/03/2013	31/03/2012	Var %	31/03/2013	31/03/2012	Var %
Residencial	2.312.569	2.185.865	5,80	1.148.808	1.349.382	(14,86)
Industrial	5.499.782	6.015.764	(8,58)	934.178	1.030.836	(9,38)
Comércio, Serviços e Outros	1.528.696	1.435.345	6,50	596.185	619.588	(3,78)
Rural	632.817	562.856	12,43	173.715	162.168	7,12
Poder Público	208.265	195.328	6,62	80.959	82.861	(2,30)
Iluminação Pública	309.813	309.270	0,18	77.553	83.444	(7,06)
Serviço Público	304.326	289.407	5,16	79.704	83.535	(4,59)
Total	10.796.268	10.993.835	(1,80)	3.091.102	3.411.814	(9,40)

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A redução de 8,58% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor, que foi compensada pelo aumento na classe residencial, comércio, serviços e outros e rural, decorrente, principalmente, da elevação na quantidade de consumidores, que cresceu 3,34%, 2,65%, 1,57% nessa ordem.

Adicionalmente ao aumento na quantidade de consumidores na classe rural, houve um crescimento expressivo da demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro e março.

Receita com suprimento

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias foi de 3.883.530 MWh no primeiro trimestre de 2013 comparados a 3.306.264 MWh no primeiro trimestre de 2012, um aumento de 17,46%. A receita com energia vendida foi R\$467.721 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$386.402 no primeiro trimestre de 2012. O preço médio de venda da energia foi de R\$120,44/MWh no primeiro trimestre de 2013 em comparação a R\$103,05/MWh no primeiro trimestre de 2012.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$578.747 no primeiro trimestre de 2013 em comparação a R\$118.477 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 388,49%. Esta variação decorre principalmente de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, sendo que o preço médio do PLD em 2013 foi significativamente superior ao verificado em 2012 (R\$322,75 por MWh em 2013 e R\$66,26 por MWh em 2012).

Impostos e Encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos sobre a receita foram de R\$1.213.583, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$1.534.864, no primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 20,93%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A partir de fevereiro de 2013, através da Resolução Homologatória da Aneel, a Companhia ficou isenta de recolhimento da Conta de Consumo de Combustível – CCC. Os gastos com CCC no primeiro trimestre de 2013 foram de R\$25.487 comparados a R\$169.484 no primeiro trimestre de 2012. Referia-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$33.436, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$124.718 no primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 73,19%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, sendo os pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Reserva Global de Reversão - RGR

Os encargos referentes à RGR foram de R\$55.825 no primeiro trimestre de 2012. A partir de fevereiro de 2013, através da Resolução Homologatória da Aneel, a Companhia ficou isenta de recolhimento da RGR. A Reserva Global de Reversão – RGR era computada no custo do serviço das Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como finalidade, prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria desse serviço. Os pagamentos eram definidos por meio da ANEEL.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, no primeiro trimestre de 2013, foram de R\$2.456.008 comparados a R\$2.298.338 no primeiro trimestre de 2012, com aumento de 6,86%. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 24 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$972.787, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$858.361 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 13,33%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização em 2013, com a compra de energia para revenda, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro, compensado pelo reconhecimento pela Cemig Distribuição de uma recuperação de despesas com a energia comprada para revenda no montante de R\$715.388, decorrente do repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Este repasse é composto pelos seguintes itens:

- R\$489.491 decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3% pelo Governo Federal;
- R\$225.897 decorrentes do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).

Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$443.366 no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$297.460 no primeiro trimestre de 2012, representando um aumento de 49,05%. Este resultado decorre principalmente das adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$ 155.097 no resultado deste primeiro trimestre de 2013. Vide mais informações Nota Explicativa nº 24a das Informações Contábeis Intermediárias.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$189.701 no primeiro trimestre de 2013 na comparação com R\$203.106 no primeiro trimestre de 2012 representando uma redução de 6,60%. A principal variação ocorreu nos serviços de comunicação, manutenção e conservação de móveis e utensílios e mão de obra contratada. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 24b das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

A despesa com Provisões Operacionais foi de R\$41.802, no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$68.922 no primeiro trimestre de 2012, representando uma redução de 39,35%. Esta variação decorre, principalmente, da reversão de R\$11.804 de provisão de ações relações de consumo no primeiro trimestre de 2013 contra uma provisão de R\$27.056 no mesmo período de 2012. Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento das provisões relativas a ações trabalhistas para adequação às expectativas de perdas da Companhia.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado, no primeiro trimestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$163.536, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$159.188 no primeiro trimestre de 2012. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Redução de 25,52% na receita de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2013;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$176.265 no primeiro trimestre de 2013 comparados a R\$216.672 no primeiro trimestre de 2012. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI no primeiro trimestre de 2013 em comparação ao mesmo período de 2012. A variação do CDI, no primeiro trimestre de 2013 foi de 1,64% comparada a 2,45% no primeiro trimestre de 2012;
- aumento de 112,49% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$65.314 no primeiro trimestre de 2013, comparados a R\$30.738 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre da variação no saldo médio da dívida associado à maior variação do IPCA e do IGP-M no primeiro trimestre de 2013, em comparação ao mesmo período de 2012;
- Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no primeiro trimestre de 2013, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$358.861 em relação ao lucro de R\$1.224.208, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 29,31%. A Cemig apurou, no primeiro trimestre de 2012, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$252.358 em relação ao lucro de R\$883.746, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 28,56%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Relações com Investidores

No ano de 2012, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; Expomoney, além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 17º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 29 vezes durante o ano de 2012 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 27 de abril de 2012, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo. Sua última movimentação ocorreu na AGE realizada em 18/12/2012, que elegeu a atual composição, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2014.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 14 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração será fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2012 foram realizadas 56 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2012, foram realizadas 11 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis e Comitê de Controle e Gestão.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31/03/2013

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	189.991.615	50,96	-	0,00	189.991.615	22,27
Outras Entidades do Estado	50.246	0,01	8.821.839	1,84	8.872.085	1,00
Total Controlador	190.041.861	50,97	8.821.839	1,84	198.863.700	23,31
AGC Energia S/A (1)	122.901.990	32,96	-	0,00	122.901.990	14,41

Notas:

(1) a acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	31.03.2013		31.03.2012	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	190.041.861	8.821.839	152.033.489	7.057.472
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2.899	953	2.320	763
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	1	-
Bruno Magalhães Menicucci	-	1	-	-
Christiano Miguel Moysés	1	-	-	-
Djalma Bastos de Morais	-	68	-	55
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	1	-	1	-
Eduardo Borges de Andrade	-	1	-	1
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Fuad Jorge Noman Filho	0	-	-	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	13	-	11	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
Joaquim Francisco de Castro Neto	1	-	-	-
José Augusto Gomes Campos	-	1	-	-
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Leonardo Maurício Colombini Lima	1	-	1	-
Luiz Augusto de Barros	0	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	0	-	1	-
Marina Rosenthal Rocha	-	-	-	-
Newton Brandão Ferraz Ramos	1	-	1	-
Otávio Marques de Azevedo	-	1	-	1
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	-	1	-	1
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	120	-	96	1
Ricardo Coutinho de Sena	-	1	-	1
Saulo Alves Pereira Júnior	-	1	-	1
Tarcísio Augusto Carneiro	2.750	350	2.201	280
Wando Pereira Borges	-	-	-	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31.03.2013		31.03.2012	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	10	869	7	634
Djalma Bastos de Morais	-	68	-	55
Arlindo Porto Neto	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	530	-	386
Frederico Pacheco de Medeiros	0	-	-	-
João Luiz Senra de Vilhena	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
José Raimundo Dias Fonseca	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	7	-	6	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Luiz Henrique Michalick	-	271	-	198
Maria Celeste Morais Guimarães	1	-	-	-
Ricardo José Charbel	-	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Helton da Silva Soares	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Vago	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
31.03.2013	182.792.316	49,03	470.994.358	98,09	653.786.674	76,64
31.03.2012	146.233.847	49,03	376.794.637	98,09	523.028.484	76,64

Nota: (*) capital social alterado em 27/04/2012, com bonificação de 25% em novas ações.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.2 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 9 às informações contábeis intermediárias, a controlada Cemig Distribuição S.A., registrou, neste trimestre, efeitos relacionados à redução do custo de energia comprada para revenda oriundos dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE estabelecidos por meio do Decreto nº 7.945/13. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito nas notas explicativas 14 e 13 às informações contábeis intermediárias, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil e os ativos financeiros relacionados às atividades de distribuição de gás natural foram determinados pela Administração assumindo indenização do respectivo poder concedente, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões dos órgãos reguladores ou dos poderes concedentes sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados ou a forma de realização do ativo financeiro poderão ou não ser alterados. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, a coligada Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras das operações da entidade. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 31 de março de 2012 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Exceto pelos ajustes relacionados aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, apresentados na nota explicativa 2.2, que não foram examinados por nós ou por outros auditores, o exame dos balanços patrimoniais correspondentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2013, e relatório de revisão, com data de 15 de maio de 2013, ambos contendo ênfase relacionada ao parágrafo sobre a coligada Madeira Energia S.A. descrita no item “Ênfases” acima.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG